

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente  
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy  
Paulo Roberto Ferreira Levy  
Luiz Fernando Cirne Lima

Econ. Brasile

# GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 9 de setembro de 1992

DIRETORIA  
*Diretor-Presidente*  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
*Diretores Vice-Presidentes*  
Henrique Alves de Araújo  
Roberto Muller Filho  
Roberto de Souza Ayres  
José Andretto Filho

Página 4

Números divulgados pelo Banco Central na última semana mostram que a entrada de capital estrangeiro no País tem sido menos afetada pela crise política do que se imaginaria. Numá primeira aproximação, salta à vista o fato de que, em agosto, pela primeira vez neste ano, registrou-se um saldo líquido negativo de US\$ 80,4 milhões nos investimentos externos em bolsas de valores. Em contrapartida, aumentou em relação ao mês anterior a captação através de operações pela Resolução nº 63 e lançamento de bônus. Com efeito, se descontarmos o retorno de aplicações em ações do total ingressado no último mês, verificaremos que resta um saldo positivo de US\$ 904 milhões.

É verdade que os empréstimos em moeda e investimentos em agosto caíram quase pela metade em comparação com junho, quando alcançaram o volume de US\$ 1,806 bilhão. Note-se, todavia, que os ingressos no último mês (US\$ 984,4 milhões) ficam pouco abaixo do total registrado em janeiro (US\$ 1,035 bilhão). No período janeiro-agosto de 1992, a captação de recursos externos já soma US\$ 11,664 bilhões, superando, por pequena margem, todo o ano anterior (US\$ 11,626 bilhões).

Tais cifras expressam o potencial para o relançamento da economia brasileira, para o qual é indispensável a colaboração do capital externo. Vale observar que, mesmo tendo declinado em agosto para US\$ 175,2 milhões, o fluxo de investimentos diretos (capital de risco) continua apreciável. O volume acumulado nesse item, nos primeiros oito meses, atinge US\$ 3,852 bilhões, mais de duas vezes e meia o total para todo o ano passado (US\$ 1,454 bilhão).

Na fase de turbulência política por que passamos, essas cifras devem ser analisadas com absoluta frieza. Se está patente que os investidores externos hoje vêm agindo com mais cautela, à espera de um desfecho da crise, tudo parece indicar que a maneira como estão sendo institucionalmente encaminhadas as soluções vem tendo uma influência muito positiva. A obediência aos ditames constitucionais, a atitude do governo em não criar nenhum óbice às investigações, o con-

trole das finanças públicas em condições adversas, tudo isso demonstra a vitalidade do regime democrático no Brasil.

Esse é um fator que inspira confiança ou que concorre para reduzir o risco político, sempre objeto de cuidadosas análises por empresas ou institutos especializados que se dedicam à orientação de investimentos internacionais. É óbvio que, em sondagens ou estudos do gênero, as considerações econômicas são igualmente fundamentais e o que se indaga é se o processo de modernização da economia, o qual o atual governo está vigorosamente empenhado em realizar, como tem comprovado, poderá ter continuidade.

Pode-se argüir que não é o programa do governo que está sendo objeto de questionamento e que as forças heterogêneas que agora se alinharam a favor do "impeachment" do presidente Collor não firmaram posição com relação à política econômica em vigor, a não ser em termos vagos, dando-se ênfase à necessidade de retomada do desenvolvimento.

Diríamos mais: tanto no governo quanto fora dele existe uma nítida consciência de que esse objetivo não será viável através de choques ou medidas artificiosas, que podem produzir resultados brilhantes a curto prazo mas inevitavelmente acabam por impor uma carga mais pesada de sacrifícios ao povo. Os mais lúcidos opositores do governo têm afirmado que, embora discordem, por esse ou aquele motivo, das propostas de reforma fiscal já encaminhadas ao Congresso, é imperioso realizar um ajuste de profundidade nessa área.

De igual forma, há praticamente um consenso de que a presença do Estado na economia tem de diminuir, por um ou outro meio. Quanto ao capital estrangeiro, ele tem ganho surpreendentes aliados. Compreende-se, mais e mais, que restrições ainda existentes a investimentos externos devem ser eliminadas para que o Brasil possa colocar-se, como merece, entre seus principais pólos de atração nesta década de oportunidades para a América Latina.

Em suma, dar continuidade ao programa do governo é questão de pura sensatez.